UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

CADASTRAMENTO DE DISCIPLINAS - Stricto Sensu Nome do Curso ou Programa: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nome da Disciplina: ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA INFORMAÇÃO									
Ministrada : X ME DO Ambos Carga Horária/Créditos									
Teóricos		Téorico-Práticos		Trabalho Ori Sup		Total			
Carga Horária	Nº de Créditos	Carga Horária	Nº de Créditos	Carga Horária	Nº de Créditos	Carga Horária	Nº de Créditos		
60 h	4					60	4		

Ementa da Disciplina:

O saber sobre a informação como um dos direitos humanos supõe diferentes aportes, recortes e abordagens em função dos aspectos sociológicos, axiológicos e deontológicos realçados pelas indagações de vários campos do conhecimento. A problematização ética da questão informacional, nos lugares de informação e memória e nos fazeres profissionais de produção e mediação para o uso destacando-se os aspectos da mesma, tanto como fato social, como valor - público ou privado – quanto como objeto de normas.

Bibliografia Básica:

ABRÃO, Eliane Y. Direitos de autor e direitos conexos. São Paulo: Editora do Brasil, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

ALMINO, João. O segredo e a informação. São Paulo: Brasiliense, 1986. .

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 67-77, 1992. Disponível em: http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/219205.pdf>.

AVANCINI, Helenara Braga. Breves considerações acerca do paradoxo da sociedade da informação e os limites dos direitos autorais. **Revista da ABPI**, n.63, p.16-20, mar./abr. 2003.

BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de direito constitucional.** 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BERABA, Marcelo. Acesso à informação - as dificuldades : desconhecimento, morosidade e segredo de justiça. **Fórum**: debates sobre justiça e cidadania / Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ)., n.5, p.24-26, out./nov. 2002.

BOOBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **A era dos direitos.** 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Lei n. 8159, de 09 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 29, n.6, p.455, jan.1991.Seção I.

BRASIL. Lei n. 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Intelectual Curitiba: Juruá, 2005.
CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. Liberdade de informação e o direito difuso à informação verdadeira . Rio de Janeiro: Renovar, 1994.
Direito de informação e liberdade de expressão. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
CARVALHO, Márcia Haydée Porto de. A defesa da honra e o direito à informação. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 2002.133 p.
CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. O valor da informação: um desafio permanente. DataGramaZero , Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, jun. 2002. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr02/Art_02.htm . Acesso em: 29 de nov. de 2007.
Informação, ética e museu: uma aproximação conceitual DataGramaZero, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, abr. 2005 Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr05/Art_02.htm . Acesso em: 29 nov. 2007.
CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. Informática Pública, v. 2, n. 2, p. 43-56, dez. 2000.
DONNINI, Oduvaldo. Imprensa livre, dano moral, dano à imagem e sua quantificação : à luz do Novo Código Civil. São Paulo: Método, 2002.
DUCHEIN, Michel. Los obstaculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos : un estudio del RAMP. Paris: Unesco, 1983.
ESPADA, João Carlos. Direitos sociais de cidadania. São Paulo: M. Ohno, 1999.
EVANGELISTA, Rosana; OLIVEIRA, Vanda de Fátima Fulgêncio de; PAREIRA, Sandra Lúcia; PETINARI, Valdinéa Sonia. Acesso digital: o direito à informação na área da saúde versus a propriedade intelectual da informação tecnológica. Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação, Campinas, v. 2, n. 2, p. 41-66, jan./jun. 2005.Disponível em: http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/viewarticle.php?id=33&layout=abstract . Acesso em: 29 nov. 2007.
FABIAN, Christoph. O dever de informar no direito civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
FAURÉ, Christine. Las declaraciones de los derechos del hombre de 1789. México, DF: Comisión Nacional de Derechos Humanos : Fondo de Cultura Económica, 1995
FIORAVANTI, Maurizio. Los derechos fundamentales : apuntes de la historia de las constituciones. Madrid: Universidad Carlos III; Editorial Trotta, 1996.
FONSECA, Maria Odila Kahl. Direito à informação : acesso aos arquivos públicos municipais. Rio de Janeiro, 1996. 152 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação convênio CNPq/IBICT - UFRJ /ECO, 1996.
Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. Ciência da Informação , Brasília, v. 28, n. 2, p. 146-154, maio/ago. 1999. Disponível em: http://www.ibict.br/cienciadainformacao/include/getdoc.php?id=634&article=327&mode=pdf . Acesso em 29 nov. 2007.
FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas Rio de Janeiro: Nau; PUC, Departamento de Letras, 1999.
La arqueología del saber. 5. ed. Mexico: Siglo XXI. 1978
Arqueologia do saber. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
. Microfísica do poder. 10. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1979.

A ordem do discurso. 3. ed. São Paulo : Loyola, 1996.
O que é um autor. 3. ed. [Lisboa] : Vega, 1992. (Passagens) A vida dos homens infames, p. 89-128.
Vigiar e punir. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002
O que são as Luzes? In: Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de Pensamento. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2000. v.2, p. 335-351.
FREITAS, Lídia S. de. A memória polêmica da noção de Sociedade da Informação e sua relação com a área de informação. Informação & Sociedade : estudos, João Pessoa, v. 12, n.2, 2002. Disponível em: http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ >.
GANDELMAN, Henrique. De Gutemberg à Internet – direitos autorais na era digital . Rio de Janeiro: Record. 1997.
GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel. O direito difuso à informação verdadeira e a sua proteção por meio das ações coletivas: a função social da informação. Revista de Direito Privado , v.3, n.10 abr./jun., p.154-164, 2002
GONÇALVES, Lilia William. Direitos de informação : da Areopagítica aos dias de hoje. Niterói, 1999. 35 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal Fluminense.
GONÇALVES, Renato Afonso. Bancos de dados nas relações de consumo: a manipulação de dados pessoais, os serviços de restrição ao crédito e o <i>habeas-data</i> . São Paulo: M. Limonad, 2002. 127 p.
GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Comunicação-informação-cognição : interfaces. Comunicação apresentada no Seminário Informação, Comunicação, Cognição: na complexidade dos sistemas de saúde, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 26 de março de 2003. 13 f.
Da política de informação ao papel da informação na política. Revista Internacional de Estudos Políticos . Rio de Janeiro, v.1 n.1, p.67-93, 1999.
HABERMAS, Jungen. Direito e democracia : entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1
¿Como es posible la legitimidad por vía de legalidad? Doxa: cuadernos de filosofía del derecho, v. 5, p. 21-45, 1988.
Teoría de la acción comunicativa. 4. ed. Madrid: Taurus, 2003. v.1 p. 372-378.
Escritos sobre la moralidad y eticidad. Barcelona, Buenos Aires: Paidos, 1991.
Jürgen Habermas fala a Tempo Brasileiro: entrevista por Barbara Freitag. Revista Tempo Brasileiro , Rio de Janeiro, n. 98, p. 5-21, jul./set. 1989.
JARDIM, Jose Maria O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: ACESSO à informação e política de arquivos . Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. p. 36-46
Transparência e Opacidade do Estado no Brasil : usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.
LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 406 p.
LANER, Vinícius Ferreira. Algumas considerações sobre o direito à informação e à liberdade de expressão no Brasil. Revista do Direito: Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), n.18, p.75-95, jul./dez. 2002.
LIMBERGER, Têmis. Direito à intimidade na era da informática . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007
LOPES, José Reinaldo da Lima. O Direito na História : lições introdutórias. 2. ed. São Paulo: M. Limonad, 2002. p. 40-50.

MENDONÇA, Paulo Roberto Soares. O direito da sociedade à informação jornalística e os direitos da pessoa. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro**, v.3, n.3, p.171-196, 2002.

MICHEL, Jean. Direito de autor, direito de copia e direito à informação: o ponto de vista e a ação das associações de profissionais da informação e da documentação. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 26, n.2, p. 140-145, maio/ago. 1997. Disponível em: http://www.ibict.br/cienciadainformacao/include/getdoc.php?id=753&article=431&mode=pdf >. Acesso em: 29 nov. 2007.

MICHEL, Jean Direito de autor, direito de cópia e direito à informação: o ponto de vista e a ação das associações de profissionais da informação e da documentação. **Ciência da Informação**, 1997, vol.26, n. 2

MOISÉS, José Álvaro. Sociedade civil, cultura política e democracia: descaminhos da transição política. In: COVRE, M. L. M. **A cidadania que não temos.** São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 119-150.

NOGUEIRA J, Alberto. Cidadania e direito de acesso a documentos administrativos. Rio de Janeir, São Paulo: Renovar, 2003.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Pulcinell (Org.) **Gestos de leitura**; da história no discurso. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. p. 55-65.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999. 71 p., p. 49-57.

REYES OLMEDO, Patrícia. **El derecho de acceso a la información pública:** desafios de un mundo globalizado y democrático. 20 f. Trabalho apresentado no III CIBERCOM: Congresso Internacional de Direito e Tecnologias de Informação: a tecnologia como um instrumento para a efetividade da Justiça e da cidadania, Salvador, 26 a 28 de agosto de 2004. Promoção do Instituto Brasileiro de Direito de Informática.

ROSZAK, Theodore. O culto da informação. São Paulo : Brasiliense, 1988.

ROVER, Aires José. Breve discussão sobre as condições político-éticas do progresso globalizado. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, fev. 2000.Disponível em: http://www.dgz.org.br/fev00/Art_03.htm.

RUBIO-CARRACEDO, José. Derechos humanos o derechos liberales? **Doxa**: Filosofia del Derecho, v. 21, n. 2, p. 421-436, 1998.

SECLAENDER, Antônio C. Leite. O direito de ser informado: base do paradigma moderno do direito de informação. **Revista de Direito Público**, v. 25, n. 99, p. 147-159, jul./set. 1991.

TADEU, Silney Alves. Responsabilidade de informar: uma análise da responsabilidade civil pelo erro de informação. **Consulex**: Revista Jurídica, v.6, n.141, p.44-45, nov. 2002.

VILLAVERDE MENÉNDEZ, Ignacio. **Estado democrático e información**: derecho a ser informado y la Constitución Española de 1978. [Oviedo]: Junta General del Principado de Asturias, 1994. 482 p. Premio extraordinario de Doctorado convenio Junta General del Principado de asturias y Universidad de Oviedo, convocatoria de 1994.

A SER PREENCHIDO	Código da Disciplina:				S					
PELA PROPP	PELA PROPP			SIGLA			CRÉD.	SEQ. POR ÓRGÂ		RGÃO